

# PROCESSO PENAL

**Ionilton Pereira do Vale  
Magno Gomes de Oliveira**

## TEMAS DE **PROCESSO PENAL**

**Inquérito Policial  
Acordo de Não Persecução Penal  
Ação Penal**

*Atualizado com a Lei Nº 13.964,  
de 24 de Dezembro de 2019.*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

## Sumário

Capítulo 1 – Polícia Judiciária e Segurança Pública .....	1
1.1 Polícia: considerações gerais. O poder de polícia .....	1
1.1.1 Conceito e significado de polícia .....	2
1.1.2 Extensão do poder de polícia .....	3
1.1.3 Poder de polícia e restrição individual .....	4
1.2 Segurança pública e dever do Estado .....	4
1.2.1 A segurança pública como dever constitucional do Estado .....	5
1.2.2 Atribuições dos órgãos da segurança pública .....	6
1.3 Divisão da Polícia Judiciária.....	8
1.3.1 Polícia administrativa e polícia de segurança.....	9
1.3.2 Polícia Administrativa e Polícia Judiciária: traços distintivos....	10
1.4 Polícia Judiciária: funções e atividades investigativas .....	11
1.5 Circunscrição: os limites territoriais da Polícia Judiciária.....	11
1.5.1 Conceito de circunscrição .....	12
1.5.2 Diligência da autoridade policial em outra circunscrição .....	13
1.5.3 Especialização das delegacias de polícia e distribuição de atribuições em matéria de investigação policial .....	14
1.5.4 Atribuições da Polícia Federal .....	16
Capítulo 2 – Inquérito Policial .....	21
2.1 Conceito de Inquérito Policial na doutrina brasileira .....	21
2.2 <i>Persecutio criminis</i> e <i>persecutio criminis in judicio</i> : distinção .....	24
2.3 Finalidade do inquérito policial.....	25
2.4 Natureza jurídica do inquérito: procedimento administrativo e preliminar ao oferecimento da denúncia.....	27
2.4.1 Natureza jurídica do inquérito .....	27

2.4.2	Inquérito e contraditório.....	28
2.4.3	Ampla defesa e inquérito policial.....	29
2.5	O contraditório diferido no inquérito policial.....	30
2.5.1	Contraditório diferido.....	31
2.5.2	Contraditório diferido e inquérito policial.....	31
2.5.3	Contraditório diferido na ação penal.....	32
2.6	Princípios referentes ao inquérito policial.....	34
2.6.1	Princípio da oficialidade ou estatalidade.....	34
2.6.2	Princípio da autoritariedade.....	35
2.6.3	Princípio da oficiosidade.....	36
2.6.4	Princípio da obrigatoriedade.....	36
2.6.4.1	Dever de agir da autoridade policial.....	36
2.6.4.2	Princípio da obrigatoriedade e matéria recursal.....	37
2.6.4.3	Mitigação do princípio da obrigatoriedade.....	38
2.6.4.4	Fiscalização do princípio da obrigatoriedade da ação penal e do IP.....	38
2.6.5	Princípio da indisponibilidade.....	40
2.6.5.1	Indisponibilidade e transparência da justiça.....	41
2.6.5.2	Indisponibilidade e bens protegidos pela norma penal.....	42
2.6.6	Princípio da indivisibilidade.....	44
2.6.7	Princípio da intrascendência.....	44
2.6.8	Princípio da sumariedade.....	45
2.7	Características do inquérito policial.....	46
2.7.1	Hipóteses de dispensa do Inquérito Policial previstas em lei.....	50
2.7.2	(In)dispensabilidade do inquérito policial.....	50
2.8	Valor probatório do inquérito policial.....	51
2.8.1	O redimensionamento moderno do Inquérito Policial.....	51
2.8.2	Provas repetíveis e não repetíveis.....	54

2.8.3	Condenação com base no inquérito policial .....	55
2.8.4	Inquérito Policial e provas relevantes.....	57
2.8.5	Valoração das provas do inquérito policial.....	58
2.9	Tipos de Inquérito Policial: os inquéritos extrapoliciais.....	60
2.9.1	Inquérito Policial militar .....	60
2.9.2	Inquérito administrativo .....	61
2.9.3	Inquérito parlamentar.....	62
2.9.4	Inquérito judicial falimentar.....	65
2.9.5	O inquérito nas infrações cometidas no STF e no STJ .....	65
2.9.6	Investigação criminal eleitoral.....	66
2.9.7	Crimes ou contravenções praticados por membro do MP ou da Magistratura.....	67
2.9.8	Inquérito civil.....	68
2.9.9	Boletim de Ocorrência Circunstanciado.....	70
2.9.10	Inquérito relacionado a crimes contra a ordem econômica.....	70
2.9.11	Inquérito relativo aos valores imobiliários.....	72
2.9.12	Inquérito relativo aos atos de improbidade administrativa.....	73
2.9.13	Investigação Policial Preliminar.....	74
2.9.14	Termo Circunstanciado de Ocorrência .....	75
2.10	O poder de investigação do Ministério Público .....	76
2.10.1	Poder de investigação como poder implícito do MP.....	77
2.10.2	Investigação do MP e interpretação sistemática da Constituição Federal.....	77
2.10.3	Investigação ministerial e crimes praticados por policiais.....	79
2.10.4	Argumentos favoráveis e contrários à investigação criminal do MP.....	79
2.10.5	Posição do STF a favor da investigação criminal do MP.....	80

2.11 Presidência do inquérito policial: diferença entre investigação criminal e inquérito policial .....	81
2.11.1 Presidência do inquérito policial .....	82
2.11.2 Presidência do inquérito atribuída a outras autoridades .....	82
2.11.3 Presidência do Inquérito Policial e investigação criminal .....	83
2.12 Vícios do inquérito policial: possibilidade e efeitos .....	84
2.12.1 As nulidades do inquérito policial .....	84
2.12.2 Nulidade e auto de prisão em flagrante.....	85
2.13 Inquérito e prerrogativa de função: o controle jurisdicional dos atos de investigação policial .....	89
2.13.1 Inquérito policial, prerrogativa de função e controle dos atos administrativos .....	89
2.13.2 Súmula nº 394 e seu cancelamento pelo STF.....	91
2.13.3 Prerrogativa de função e cessação definitiva do exercício funcional ou extinção do cargo exercido pelo agente .....	91
2.13.4 Controle jurisdicional e nulidade do inquérito policial.....	93
2.13.5 Autorização do tribunal competente para realização das medidas cautelares .....	94
2.13.6 Competência do STF e inquérito policial.....	95
2.13.7 Inquérito Policial no âmbito do STJ.....	96
2.13.8 Inquérito Policial e crimes praticados por integrantes do MP e da Magistratura .....	96
2.14 Controle externo do Ministério Público na atividade policial .....	97
2.15 Início do inquérito policial: instauração e atos preparatórios.....	100
2.15.1 Instauração de inquérito no caso de ação pública incondicionada .....	101
2.15.2 Formas de instauração de inquérito no caso de ação pública incondicionada.....	102
2.15.2.1 Instauração de ofício pela autoridade policial .....	102

2.15.2.2	Instauração por força da prisão em flagrante .....	104
2.15.2.3	Instauração por requisição do MP ou autoridade judicial...	105
2.15.2.4	Instauração por requerimento do ofendido ou de seu representante legal .....	107
2.15.2.5	Instauração por <i>delatio criminis</i> .....	107
2.15.3	Instauração de inquérito no caso de ação pública condicionada: a <i>notitia criminis</i> postulatória.....	108
2.15.3.1	Conceito de representação .....	108
2.15.3.2	<i>Delatio criminis</i> postulatória .....	108
2.15.3.3	Quem pode ser o representante legal da vítima.....	109
2.15.3.4	Formas e conteúdo da representação .....	109
2.15.4	Instauração de inquérito no caso de ação privada.....	111
2.16	Inquérito Policial e justa causa.....	111
2.16.1	Conceito e dimensão da expressão “justa causa” .....	112
2.16.2	Identificação da ausência de justa causa.....	114
2.17	Os atos instrutórios do inquérito policial.....	115
2.17.1	Das providências preliminares da autoridade policial na investigação e na conservação do local do crime .....	116
2.17.2	A apreensão dos objetos relacionados com o ilícito penal .....	119
2.17.2.1	Busca e apreensão dos objetos ligados ao delito .....	120
2.17.2.2	Perda dos objetos em favor da União.....	120
2.17.2.3	Restituição dos objetos apreendidos.....	121
2.17.2.4	Perícia nos instrumentos .....	122
2.17.2.5	Apreensão e prova ilícita .....	125
2.17.2.6	Guarda e depósito das coisas apreendidas.....	126
2.17.3	Colheita de provas pela autoridade policial .....	126
2.17.4	Dos atos instrutórios em sentido estrito .....	127
2.17.5	Da oitiva da vítima.....	127

2.17.5.1 A palavra da vítima como valor probatório.....	128
2.17.5.2 Valor da palavra da vítima e crime praticado às ocultas ...	128
2.17.6 Da ouvida do indiciado: o interrogatório e suas formalidades...	131
2.17.6.1 Utilização do detector de mentiras .....	132
2.17.6.2 Interrogatório do indiciado.....	132
2.17.7 Curadoria no inquérito policial .....	133
2.17.7.1 Conceito e função da atividade de curadoria.....	134
2.17.7.2 Revogação dos artigos que previam o curador no processo penal.....	136
2.17.8 Reconhecimento de pessoas e coisas.....	137
2.17.8.1 Conceito e natureza.....	137
2.17.8.2 Procedimento do reconhecimento.....	137
2.17.8.3 Reconhecimento fotográfico.....	139
2.17.8.4 Reconhecimento de coisas.....	140
2.17.9 Acareação .....	140
2.17.9.1 Conceito e natureza jurídica.....	140
2.17.9.2 Pressupostos da acareação.....	140
2.17.9.3 Procedimento da acareação.....	141
2.17.10 Identificação datiloscópica: princípios e procedimento .....	143
2.17.10.1 Pequeno histórico dos métodos de identificação.....	143
2.17.10.2 Princípios da identificação datiloscópica .....	144
2.17.11 Exame de corpo de delito e outras perícias .....	146
2.17.11.1 O exame de corpo de delito e os vestígios do crime.....	146
2.17.11.2 Realização das perícias.....	148
2.17.11.3 Perícia e quesitos .....	149
2.17.11.4 Quebra do sigilo de dados armazenados em computador.....	149
2.18 Investigação da vida pregressa do indiciado.....	151

2.19 Reprodução simulada dos fatos.....	151
2.19.1 Reprodução simulada e o direito ao silêncio.....	152
2.19.2 Reprodução simulada e a faculdade da Autoridade Policial ...	153
2.20 Aspecto formal do inquérito e demais peças de informação .....	154
2.20.1 Peças do inquérito policial .....	154
2.20.2 Prisão em flagrante e peça do inquérito.....	154
2.20.3 Os autos do Inquérito Policial como peça única .....	155
2.20.4 Aspecto formal do inquérito.....	156
2.21 Duração do inquérito policial: prazos e prorrogação .....	156
2.21.1 Prazo da duração do Inquérito Policial e sua natureza jurídica para efeito de contagem do prazo.....	157
2.21.2 Prazo no caso de réu solto.....	158
2.21.3 Prazo em leis especiais ou extravagantes .....	159
2.21.4. Contagem do prazo nas leis que dispõem de um único prazo para o réu preso e o réu solto.....	160
2.21.5. Prorrogação do prazo.....	160
2.21.6 Ultrapassagem do prazo concedido.....	161
2.22 Relatório e indiciamento.....	162
2.22.1 O relatório do inquérito policial.....	162
2.22.2 O indiciamento no inquérito policial.....	162
2.22.3 Indiciamento e constrangimento ilegal .....	163
2.22.3.1 Indiciamento e legalidade.....	164
2.22.3.2 Caráter garantista do inquérito policial .....	165
2.22.4 Remessa do Inquérito Policial ao juízo .....	166
2.22.4.1 Remessa do inquérito à justiça.....	166
2.22.4.2 Remessa em autos suplementares.....	167
2.22.4.3 Realização das diligências .....	167
2.23 Instrumentos e objetos do crime: guarda e utilização .....	168

2.23.1	Conceito de instrumentos do crime .....	168
2.23.2	Possibilidade de utilização dos instrumentos do crime .....	169
2.24	Deveres da autoridade policial.....	170
2.24.1	Obrigações da autoridade policial.....	170
2.24.2	Cumprimento de mandado judicial .....	171
2.24.3	Representação da prisão preventiva pela autoridade policial ....	172
2.24.4	Rol de deveres da autoridade policial e taxatividade .....	172
2.25	Arquivamento e desarquivamento do inquérito policial .....	172
2.25.1	Arquivamento do Inquérito Policial.....	173
2.25.1.1	Arquivamento do Inquérito Policial e ação penal.....	173
2.25.1.2	A revogação expressa da atividade anômala do juiz na fiscalização do princípio da obrigatoriedade da ação penal (norma suspensa pelo STF).....	173
2.25.1.3	Causas de arquivamento do Inquérito Policial .....	175
2.25.1.4	Denúncia e aplicação do princípio da obrigatoriedade .....	175
2.25.1.5	Opções do MP ao receber os autos do Inquérito Policial..	175
2.25.1.6	Inquérito e questão de direito.....	178
2.25.2	Tipos de arquivamento .....	178
2.25.2.1	Arquivamento direto.....	178
2.25.2.2	Arquivamento implícito .....	179
2.25.2.3	Posição do STF e do STJ em relação ao arquivamento implícito.....	180
2.25.2.4	Arquivamento indireto .....	181
2.25.3	Natureza jurídica do arquivamento do Inquérito Policial ...	181
2.25.4	Casos especiais de arquivamento do Inquérito Policial ou extrapolicial .....	183
2.25.4.1	Arquivamento do Inquérito Policial no âmbito da Justiça Federal .....	183
2.25.4.2	Arquivamento do Inquérito Policial no âmbito da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar .....	183

2.25.4.3 Arquivamento provisório das peças de informação no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	184
2.25.5 O arquivamento do Inquérito Policial nos Tribunais: a ação penal originária e o arquivamento do IP .....	185
2.25.5.1 O arquivamento do Inquérito Policial na ação penal originária .....	185
2.25.5.2 Irrecusabilidade do pedido de arquivamento do Procurador-Geral da República .....	188
2.25.5.3 Irrecorribilidade da decisão do relator que arquiva o Inquérito Policial na ação penal originária....	188
2.25.6 Arquivamento do inquérito e coisa julgada.....	189
2.25.6.1 Arquivamento e pronunciamento judicial .....	189
2.25.6.2 Inquérito Policial e coisa julgada.....	190
2.25.7 Desarquivamento do inquérito policial .....	192
2.25.7.1 Prova nova formal e prova nova material .....	192
2.25.7.2 Arquivamento do procedimento investigativo do MP .....	194
2.26 Aplicações analógicas do art. 28 do CPP .....	194
2.27 O recurso de ofício no inquérito policial: caso em que o juiz deve recorrer de ofício da decisão de arquivamento do IP .....	197
2.28 Sigilo do inquérito e antecedentes criminais: a Súmula Vinculante nº 14.....	198
2.28.1 Sigilo e advogado .....	198
2.28.2 Sigilo como ato discricionário da autoridade policial.....	199
2.28.3 Antecedentes criminais e inquérito policial.....	200
2.29 Incomunicabilidade do preso e seus reflexos na Constituição Federal.....	201
Capítulo 3 – Acordo de não Persecução Penal.....	203
3.1 Considerações gerais .....	203
3.2 Institutos análogos no direito comparado .....	204

3.3 Outros institutos da justiça penal negociada no Brasil .....	213
3.4 O acordo de não persecução penal .....	219
3.4.1 Pressupostos objetivos e subjetivos do ANPP .....	219
3.4.2 Momento para propositura do ANPP .....	221
3.4.3 Retroatividade de efeitos do ANPP.....	222
3.4.4 Natureza jurídica do ANPP .....	225
3.4.5 Finalidades do ANPP.....	228
3.4.6 Condições para oferecimento do ANPP .....	229
3.4.6.1 Inocorrência de motivos para arquivamento do IP .....	230
3.4.6.2 Confissão formal e circunstanciada do crime .....	231
3.4.6.3 Prática de infração penal sem violência ou grave ameaça ..	234
3.4.6.4 Pena mínima inferior a quatro anos.....	236
3.4.6.5 Condições necessárias e suficientes para reprovação e prevenção do crime .....	240
3.4.7 Reparação do dano e demais ônus ao infrator .....	242
3.4.7.1 Reparação de dano ou restituição de coisa à vítima.....	243
3.4.7.2 Renúncia voluntária a bens e direitos.....	246
3.4.7.3 Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.....	247
3.4.7.4 Pagamento de prestação pecuniária.....	249
3.4.7.5 Cumprimento de outra condição proporcional e compatível com a infração .....	251
3.4.8 Hipóteses de inaplicabilidade do ANPP .....	252
3.4.9 Formalização do ANPP .....	257
3.4.10 Submissão do ANPP ao juízo natural.....	258
3.4.10.1 Aferição da voluntariedade do infrator.....	258
3.4.10.2 Devolução do ANPP para ajustes.....	259
3.4.10.3 Recusa judicial à homologação.....	261
3.4.10.4 Homologação judicial do ANPP .....	262